

**ATA**

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Referiu o acordo entre o Município e um conjunto de investidores privados para uma intervenção na zona de Silvares há mais de três anos, recordando o contrato celebrado e os compromissos nele contidos que ainda não estão concluídos. Disse, ainda, que há mais de seis meses que se celebrou novo acordo, continuando as infraestruturas, com exceção da rotunda de Mouril, por executar. Assim, perguntou ao Presidente da Câmara por que motivo a Câmara Municipal não atuava, nos termos da lei. -----

**2 – Vereador André Coelho Lima** – Manifestou preocupação pelo mau estado em que se encontra a via intermunicipal que liga Joane a Vizela, considerando-a como o ponto mais negro do nosso concelho em termos de sinistralidade rodoviária. Assim, considerou que o estado da via merece uma intervenção profunda ao nível da requalificação, mesmo sabendo de todas as

dificuldades inerentes à AMAVE, também por falta de solidariedade dos municípios associados. Propôs que o Município de Guimarães, no troço da VIM que lhe diz respeito, promova beneficiações, designadamente a colocação de separadores centrais refletores, a pintura de sinalização com tinta refletora, a limpeza das bermas e a colocação em funcionamento dos semáforos existentes e controlo da iluminação. -----

**3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Lamentou profundamente dois acontecimentos: em primeiro lugar a extinção do cargo de diretor do Paço dos Duques de Bragança e em segundo lugar o facto de a gestão do jardim de infância de Pevidém ter sido atribuída à Santa Casa da Misericórdia de Riba d’Ave; **b)** – Lamentou que tivesse sido apresentado pela maioria socialista da Câmara Municipal o projeto de reforma administrativa das freguesias, sem que tivesse sido consultada a restante vereação. -----

**4 – Vereador Domingos Bragança** – Explicou que os promotores da centralidade de Silvaes não estão a cumprir o acordo, tendo já sido solicitado ao Advogado, Dr. João Gomes Alves, que está a acompanhar tecnicamente o processo, a resolução deste assunto. -----

**5 – Presidente da Câmara – a)** - Sobre a intervenção da VIM recordou o que já havia dito a este respeito, ou seja, que o Município de Guimarães está a assumir um conjunto de obras consideradas necessárias e urgentes. Disse discordar que a VIM seja o maior ponto negro do concelho, já que, por exemplo, a Circular Urbana comporta um conjunto de problemas bastante mais graves do que a VIM. Concordou que existem municípios associados da AMAVE que não cumprem as suas obrigações no que respeita aos compromissos assumidos. Disse, finalmente, que



se houver vontade do Governo, será apresentada uma candidatura que abranja a intervenção global que a via necessita, estando a ser desenvolvido um trabalho conjunto pelo Departamento de Obras Municipais e pelo Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente para, até, ao final do mês, implementar as melhorias reclamadas, à exceção do separador central; **b)** – Sobre a extinção do cargo de diretor do Paço dos Duques de Bragança, recordou que já havia feito declarações públicas sobre o que pensava acerca do assunto, designadamente que esta extinção foi um mau serviço prestado a Guimarães; **c)** - Quanto ao jardim de infância disse que se tratava de uma estratégia do Governo. Adiantou que o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Riba d Ave, em audiência, explicou que a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães não tinha querido assumir a gestão deste jardim de infância, e foi essa decisão que o levou a assumir essa gestão; **d)** – Sobre a reforma administrativa, disse que a CDU, tal como a ANAFRE, têm declarado não concordar com esta lei, tendo estado sempre à margem do processo por discordar da lei. Disse, ainda, que a Câmara Municipal não podia aguardar mais tempo, pelo que teve de apresentar proposta, acrescentando que a proposta de reorganização administrativa foi apresentada às freguesias na passada terça feira e, naturalmente, houve quem não estivesse de acordo. -----

**6 – Vereador André Coelho Lima** – O Vereador André Coelho Lima pediu a palavra ao Presidente da Câmara, que lhe concedeu, para dizer que era importante esclarecer que não houve extinção do cargo de direção do Paço dos Duques de Bragança, pois essa direção vai ser partilhada com o Museu Alberto Sampaio. -----

**7 – Presidente da Câmara** – Em resposta a esta intervenção, o Presidente da Câmara deu um conjunto de elementos sobre as

visitas que se registaram nestas duas instituições culturais, sendo incomparavelmente superior o número de visitantes que se regista no Paço dos Duques de Bragança. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do e-mail da Associação Nacional de Municípios Portugueses referindo ter tido conhecimento de que o Ministério da Educação e Ciência recusou a denúncia de contratos de execução para a gestão das EB 2,3 solicitada por alguns Municípios, alegando o facto de que houve transferência de competências e, como tal, não é possível a devolução das responsabilidades assumidas; **2** – Da redução do número de trabalhadores da Câmara Municipal ao serviço por motivo de gozo de férias, designadamente no Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, o que dificulta a ação ao nível da limpeza e higiene urbana; **3** – Do e-mail da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento que por despacho do Conselheiro Procurador-Geral da República, foi solicitado ao Procurador-Geral Adjunto, representante do Procurador-Geral da República no Tribunal Constitucional, que seja suscitada a questão da inconstitucionalidade da regulamentação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação: “**Proposta de atualização do valor das verbas a transferir a Entidades para encargos com pessoal em refeitório e prolongamento de horário - Ano civil de 2012 - Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar** - Como é do conhecimento superior, nos termos do ponto 3 da Cláusula 5ª do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, o valor das verbas a transferir às Entidades



que estão assumir os encargos com pessoal em refeitórios e prolongamento de horário são objecto de acertos financeiros trimestrais, tendo por base o número de crianças que efetivamente beneficiam deste tipo de apoio. Assim, e com base no número de crianças que, no período de abril a junho, frequentaram as atividades de animação e de apoio à família, propomos que, a partir do mês de julho inclusive, se proceda à atualização do valor das verbas atribuídas às Entidades, conforme discriminado nos mapas em anexo. Mais se propõe que o assunto seja submetido a Reunião de Câmara, para conhecimento das respetivas alterações. À consideração superior.” Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas; **2** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 16 de julho de 2012, que concordou com o Relatório Final relativo ao Concurso Público n.º 3/12 – Fornecimento e Instalação de Equipamentos/Mobiliário para a Plataforma das Artes e da Criatividades, mantendo a proposta de adjudicação do lote 1 do fornecimento ao concorrente “Nautilus, SA”, pelo preço contratual de €189.991,80 + IVA, bem como a não adjudicação dos lotes 2 a 7, conforme o disposto na alínea a), n.º 1, artigo 79.º do CCP e a abertura de um novo Ajuste Direto para os referidos lotes, nos termos da alínea a), n.º 1, artigo 24.º do supracitado Código. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **3** – Da seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, submete-se a conhecimento da Câmara o despacho do Vereador Dr. Domingos Bragança, datado de 8 de agosto de 2012, relativamente ao seguinte processo: Em 26.09.1991 foi celebrado

um contrato promessa entre a Autarquia e Francisco Machado Ferreira da Silva, no qual se previa a alienação de 82,50m<sup>2</sup> de terreno que a Autarquia possui no Lugar de Piútes, freguesia de Gondar, para integrar o logradouro do lote nº. 30, do Alvará de Loteamento nº. 60/75, pelo valor total de €1.646,03, tendo Francisco Silva pago, na data do contrato, 80% daquele valor, sendo que os restantes 20% seriam pagos aquando a celebração da correspondente escritura. Entretanto, Esmeralda Fátima Ribeiro Silva Leitão, filha e única herdeira de Francisco Silva, atendendo ao falecimento dos seus progenitores, veio solicitar a formalização da escritura visto que está em curso um processo de alteração do lote de terreno acima referido. De acordo com informação urbanística, prestada pelo Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico, não há inconveniência na alienação do terreno em causa. A parcela de terreno com a área de 82,50m<sup>2</sup>, confronta do Norte com Manuel de Castro, do Sul com praca do loteamento, do Nascente com restante terreno do Município e do Poente com o lote nº 30, do Alvará de Loteamento nº. 60/75, propriedade da interessada. Assim, poderá o Município de Guimarães vender a identificada parcela de terreno, a desanexar da descrição predial 370/Gondar e inscrita na respetiva matriz urbana sob o artigo 770º, para ampliação do logradouro do prédio descrito na competente conservatória do registo predial sob o nº. 626/Gondar e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 466º, pelo preço de €1.646,03, tendo já sido pago no ato do contrato de promessa o valor de €1.316,82, devendo pagar no ato da escritura a quantia de €329,21"; **4** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 16 de julho de 2012, que aprovou a conta final, bem como o auto final da obra designada por **AJUSTAMENTO FUNCIONAL DO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA,**



adjudicada a “Construções Phaecis, Lda.”, nos valores, respetivamente, de €222.833,91 + IVA e de €19.871,69 + IVA; **5** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 26 de junho de 2012, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à obra designada por **REPERFILAMENTO DA RUA DA MAINA E PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DE URGEZES**, de acordo com a informação que se anexa e aqui se dá por reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2012.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se a Vereadora Alexandra Gesta, por não ter estado presente na reunião.-----

**VOTO DE LOUVOR – FUTEBOL CLUBE “OS PIRATAS DE CREIXOMIL”** – Presente a seguinte proposta: “O Futebol Clube “Os Piratas de Creixomil” foi fundado em 10 de junho de 1970 por um grupo de cerca de 20 jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos, os quais se organizaram, formando uma equipa de onze com intuito de se inscrever, logo nesse ano, no Torneio Popular de Futebol organizado pelo Vitória Sport Clube de Guimarães, no extinto Campo da Amorosa. Dado não existirem recursos financeiros que permitissem adquirir os equipamentos para participar no Torneio, um comerciante local ofereceu ao novo clube um conjunto de camisolas com imagem das conhecidas pastilhas elásticas “Pirata”, surgindo aí a designação de “Piratas de Creixomil” que se manteve até à data. A jovem coletividade

começa desde logo com grande projeção, sendo Campeão no Torneio do VSC nos anos de 1971 e 1972, nos anos seguintes em diversos Campeonatos Concelhios de futebol de onze e de salão, conquistando vários títulos e chegando a ter 300 associados inscritos. Este clube Vimaranesense foi acumulando um palmarés assinalável na modalidade de futebol de salão entre 1992 e 2002 e na modalidade que se lhe sucedeu, designada Futsal, a partir da época desportiva 2001/2002, em todos os escalões de formação e no escalão de seniores. Para a época desportiva 2012/2013, o Futebol Clube "Os Piratas de Creixomil" ascendeu à 1.ª Divisão de Futsal Nacional, modalidade que tem vindo a conhecer um crescente reconhecimento e relevância de entre as modalidades desportivas, pelo que esta circunstância é, por si só, merecedora do devido reconhecimento pelo Município de Guimarães. Em todo o caso, com este reconhecimento, para além de dar o devido destaque ao extraordinário feito que é ter pela primeira vez um clube de Guimarães no mais alto patamar do futsal Nacional, o Município de Guimarães associa-se igualmente a todo o historial deste clube vimaranense, ao trabalho desenvolvido em prol da comunidade e da prática de desporto, particularmente nos mais jovens, trabalho esse que, ao cabo de 42 anos de vida, conhecerá agora o ponto mais alto, com "Os Piratas de Creixomil" a disputarem a 1.ª Divisão de Futsal. Por todas as razões apontadas, propõe-se um voto de louvor do Município de Guimarães ao Futebol Clube "Os Piratas de Creixomil". **DELIBERADO APROVAR**

**POR UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR – DANIELA PINTO** – Presente a seguinte proposta: "Em plena ascensão desportiva, Daniela Pinto, com apenas 20 anos, é já uma atleta de alta competição na Natação e conta com um palmarés invejável, resultante da sua excelente





performance desportiva. Daniela Pinto, atleta do Vitória Sport Clube, foi por duas vezes eleita atleta do ano na Gala do Desporto | Guimarães, em 2010 e em 2012, consagrando-se no passado dia 19 de Agosto, Campeã Nacional de Água Abertas, numa prova de 5 km, que decorreu em Montemor-o-Velho, juntando ao título de Pentacampeã, na prova de 10 km de Águas Abertas. Daniela Pinto, integrará a Seleção Nacional de Natação de Águas Abertas e participará no próximo Campeonato Europeu, nas provas de 10 e 25 km, entre 12 e 16 de Setembro, em Piombino, Itália. Assim, propõe-se para deliberação um Voto de Louvor a Daniela Pinto pelo título alcançado". **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR – ANTÓNIO PONTE** – Presente a seguinte proposta: "Por decisão governamental, que integrou o Museu Alberto Sampaio, o Paço dos Duques de Bragança e o Museu de Etnologia do Porto com uma única Direção, cessou funções como Diretor do Paço dos Duques o Dr. António Ponte que dirigiu aquele serviço cultural desde Março de 2009 até Julho passado. Nos cerca de três anos e meio em que exerceu funções de Direção no Paço dos Duques, o número de visitantes e todas as receitas de bilheteira e outras receitas próprias aumentaram significativamente, verificando-se uma maior visibilidade da sua atração cultural e uma efetiva colaboração com as instituições da nossa comunidade local, o que contribuiu também para o crescimento da afirmação cultural da cidade que Guimarães está a viver. A colaboração estabelecida entre a Câmara Municipal e o Paço dos Duques, na continuidade das suas direções anteriores, foi excelente, permitindo conjugar iniciativas, e reforçar a ideia de que uma integração futura de todos os serviços culturais de gestão municipal e do Estado será positiva para a prossecução de uma

política cultural de Guimarães nos próximos anos. Para os resultados alcançados, foi decisiva a competência e dedicação profissional e o espírito de ligação à comunidade local que sempre revelou o Dr. António Ponte, pelo que, neste momento de cessação das suas funções, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto de louvor pela ação que desenvolveu na Direção do Paço dos Duques durante o exercício das suas funções”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**OBRAS PÚBLICAS – PISCINA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - CONTA FINAL** – Presente, para aprovação, a conta final, bem como o auto final, da obra em epígrafe, adjudicada a “Alexandre Barbosa Borges, S.A.”, nos valores, respetivamente, de €1.640.711,57 + IVA e de €88.009,67 + IVA, de acordo com informação, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**OBRAS PÚBLICAS – CASA DA MEMÓRIA - CONTA FINAL** – Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final, bem como o auto final, da obra em epígrafe, adjudicada a “Casais – Engenharia e Construção, S.A.”, nos valores, respetivamente, de €1.710.566,59 + IVA e de €63.092,23 + IVA, de acordo com informação, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**OBRAS PÚBLICAS – PLATAFORMA DAS ARTES - CONTA FINAL** – Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final, bem como o auto final da obra em epígrafe, adjudicada à empresa “Casais – Engenharia e Construção, S.A., nos valores, respetivamente, de €13.069.958,34 + IVA e de €117.091,17 + IVA, de acordo com informação, que se dá aqui por reproduzida e



fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - RECONVERSÃO DA EB1/JI DE MOSTEIRO S. TORCATO PARA CENTRO ESCOLAR - CONTA FINAL**

Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final, bem como o auto final da obra em epígrafe, adjudicada a "Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A." nos valores, respetivamente, de €2.129.691,04 + IVA e de €36.891,58 + IVA, de acordo com informação, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO DA EB1/JI DE BARCO - CONTA FINAL**

Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final, bem como o auto final da obra em epígrafe, adjudicada a "Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, SA", nos valores, respetivamente, de €1.294.404,63 + IVA e de €8.594,00 + IVA, de acordo com informação, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – APROVAÇÃO DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES NA EMPREITADA "CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE RECONVERSÃO DA ESCOLA EB1 DO PINHEIRAL – CALDELAS, PARA CENTRO ESCOLAR" –**

Presente a seguinte informação do Departamento de Obras Municipais: "A 14 de Maio de 2012 foi consignada a empreitada de "Conclusão dos trabalhos de reconversão da EB1 do Pinheiral – Caldelas para centro escolar" à empresa DST – Domingos da Silva Teixeira, S.A. Esta empreitada, para conclusão dos trabalhos, decorre do facto de ter sido necessária a contratação de outro empreiteiro, após procedimento concursal, para colmatar a

resolução do anterior contrato de empreitada com a empresa Guimar – Sociedade de construções, S.A. devido ao incumprimento do mesmo. Após a consignação da obra para conclusão dos trabalhos, foi recebido na Câmara Municipal de Guimarães um relatório fotográfico relatando algumas anomalias decorrentes fundamentalmente das condições climatéricas adversas que degradaram alguns materiais já aplicados em obra, no intervalo de tempo entre a posse administrativa por parte do Dono de Obra e a consignação da presente empreitada. O referido relatório pretendeu demonstrar que essas anomalias, na perspetiva do Adjudicatário, deveriam ser corrigidas, apresentando para isso uma proposta de preço para aprovação do Dono de Obra. Os referidos trabalhos, sendo de natureza diferente dos trabalhos de contrato, justificaram a apresentação desta lista de preços e quantidades. Resultante da análise efetuada pela Fiscalização às situações referidas no relatório, foi entendimento da Fiscalização que as situações descritas, poderiam ter sido detetadas em fase de formação de contrato, através de visita à obra, o que, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos no n.º 1 do artigo 61.º deveriam ter sido identificados em listagem de erros e omissões até ao quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas. Como consequência, foi nosso entendimento que a responsabilidade pelo suprimento desses erros e omissões deveria ser a que os n.º 3 e 5 do artigo 378.º, do CCP, configuram. Assim sendo, em 7 de julho de 2012 foi informado o empreiteiro, por ofício, da não-aceitação da proposta apresentada, tendo-lhe sido transmitido que os trabalhos apresentados deveriam ser enquadrados como erros e omissões conforme referido anteriormente. Em resposta ao nosso ofício, o Adjudicatário manifestou a sua concordância em enquadrar os



trabalhos na figura de erros e omissões segundo o nº3 e n.º 5 do artigo 378.º, apresentando nova proposta para o suprimento dos mesmos. Analisada a nova proposta, é entender da Fiscalização que a mesma seja aceite. O valor total dos trabalhos apresentado pelo empreiteiro é de 142.327,28€ + IVA, cabendo ao empreiteiro assumir 50% desse valor, de acordo com nº5 do artigo 378.º do CCP. Assim, nos termos da legislação aplicável cabe à Câmara suportar o valor de 71.163,64€+ IVA e ao adjudicatário o mesmo valor de 71.163,64€+ IVA, valor considerado de penalização pelo facto de este não ter reclamado estes erros e omissões no prazo legalmente estabelecido. Assim, propomos a aprovação desta lista de erros e omissões nos termos aqui referidos". A lista de erros e omissões, bem como a informação dos respetivos serviços que fundamenta a necessidade de realização da despesa, dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTÓCOLOS – ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O IHRU, NO ÂMBITO DA PARTILHA DE DADOS DE REGISTO, ATUALIZAÇÃO E INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO**

– Presente a seguinte informação da Divisão do Centro Histórico: "Por ofício datado de 2012/03/28, do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, solicita à Câmara Municipal de Guimarães a sua colaboração com vista a se proceder a um trabalho de atualização de registos patrimoniais vários constantes do Inventário do Património Arquitectónico, - designadamente o do centro histórico da cidade de Guimarães, produzido em 2002 com a colaboração do então GTL - bem como na produção de cartografia temática, cujos conteúdos se destinam a integrar a base de dados de inventários disponível no sítio da

Internet, ([www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)). A colaboração que atualmente se propõe abrangerá as seguintes áreas: Atualização do registo de inventário do centro histórico produzida anteriormente, em especial os campos relativos às “intervenções realizadas” e “bibliografia”. Cedência da base cartográfica em SIG, de preferência com informação associada ao polígono relativo ao Centro Histórico, com o fim de produzir cartas temáticas a publicar juntamente com o registo de inventário. A vantagem da celebração deste Acordo de Colaboração e posterior Contrato, é uma mais-valia, não só para os serviços do Município, mas também para todos os intervenientes na área da preservação do património, visto que a disponibilização de dados atualizados nesta vertente, contribui de forma significativa para uma maior consciencialização da responsabilidade pública e privada. Melhora ainda a qualidade do desempenho científico, técnico e administrativo e contribui para uma melhor definição de políticas e estratégias de atuação, aos vários níveis da intervenção nestes espaços privilegiados. O presente acordo e Contrato é celebrado por períodos de três anos, automaticamente renováveis. Após reunião com os representantes do SIPA/IHRU e técnicos da DCH, foi remetido aos serviços, minuta de protocolo a celebrar entre o IHRU e o Município de Guimarães que foi, após despacho da Sra. Vereadora Arq.<sup>a</sup>. Alexandra Gesta, de 2012/06/04, objeto de parecer jurídico datado de 2012/06/14, que na sua conclusão refere que o mesmo acordo de colaboração poderá ser celebrado ao abrigo al. h) do nº 2 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, uma vez que insere no âmbito das competências da Câmara Municipal a celebração destes acordos. Assim sendo, e tendo em vista os documentos anexos a presente informação, e os



normativos legais em vigor, deve ser o assunto presente a reunião do executivo municipal, conforme despacho da Sra. Vereadora Alexandra Gesta". A minuta do Acordo de Colaboração e o contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – COMPROMISSO PLURIANUAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA NO TRABALHO**

– Presente a seguinte informação do Departamento de Recursos Humanos: "Na sequência do preceituado no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, assim como da deliberação da Câmara Municipal, datada de 29/03/2012, que autorizou a abertura de um ajuste direto para a contratação dos serviços de Medicina do Trabalho por um ano, com início em Setembro de 2012 e termo em Agosto em 2013, propõe-se submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este procedimento, no valor total de €43.200,00, correspondendo a 2012 o valor de €14.400,00 e a 2013 o valor de €28.800,00". Faz parte integrante da presente deliberação uma informação dos respetivos serviços que fundamenta a necessidade de realização da despesa, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** ----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – COMPROMISSO PLURIANUAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA**

**MUNICIPAL – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE “EUTASIL” PARA CANÍDEOS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Ambiente: “No âmbito da alínea X do nº1 do artigo 64º da Lei nº169/99, de 18/09, Lei nº5-A/2002, de 11/01, Declaração de Retificação nº4/2002, de 06/02, Declaração de Retificação nº9/2002, de 05/03, lei nº67/2007, de 31/12, Lei Orgânica nº1/2011, de 30 de Novembro que, regulamenta a captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, o valor a pagar pela contratação de aquisição de “Eutasil” é de €8.400,00, acrescido do IVA à taxa em vigor (6%), pelo que, deverá ser submetida a aprovação da Câmara Municipal, e posterior envio para aprovação pela Assembleia Municipal, uma vez que é necessário repartir os respetivos encargos por oito trimestres, conforme se discrimina na seguinte tabela: -----

Classificação Económica	Repartição de Encargos 2012		
	2012 (Out. a Dez.)	2013 (Jan. a Dez.)	2014 (Jan. a Set.)
A 02.02.09	€1.050,00	€ 4.200,00	€ 3.150,00

Faz parte integrante da presente deliberação uma informação dos respetivos serviços que fundamenta a necessidade de realização da despesa, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ALTERAÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS - ANO LETIVO 2012/2013** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, a 2 de julho de 2012, a Assembleia Municipal deliberou sancionar a deliberação tomada pela Câmara Municipal, aprovando a repartição de encargos da prestação de





serviço em epígrafe, pelo que só a partir desta data ficaram reunidas as condições para diligenciar o procedimento de prestação de serviço de transporte de alunos para o ano letivo de 2012/2013. Dada a morosidade do procedimento concursal a desencadear, nos termos da alínea b), do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos, o processo não estará concluído a tempo do início do próximo ano letivo, pelo que, e face a necessidade imperiosa de ser assegurado o transporte dos alunos desde o primeiro dia do ano letivo, foi elaborada pela Divisão uma proposta de celebração de ajuste direto para a prestação daquele serviço no período compreendido entre 10 de setembro e 22 de outubro de 2012. Considerando que, à data em que foi elaborado o caderno de encargos do concurso público, o prazo definido para o início da prestação do serviço foi 3 de setembro, e de modo a evitar a duplicação de contratos da mesma natureza e para o mesmo período, torna-se necessário proceder à alteração do período de vigência do concurso público, e consequentemente ao ajustamento do preço base do procedimento concursal. Assim, o período de vigência do concurso passará a ser de 197 dias, com início a 23 de outubro de 2012, implicando um custo total de €566 572, com a seguinte repartição de encargos: Lote 1: outubro a dezembro de 2012 – €137 000; janeiro a julho de 2013 - €402 780. Lote 2: outubro a dezembro de 2012 – €6 800; janeiro a julho de 2013 - €19 992. Acresce que, por decisão da Direção Regional de Educação do Norte a 27 de junho último, o encerramento da EB1 Cruz/Souto S. Salvador não será concretizado, tendo sido ainda comunicado à Autarquia, a 2 de julho, pelo Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar a intenção de suspender o funcionamento, no próximo ano letivo, da EB1 Bairro/Oleiros. Neste sentido, deverá

ainda proceder-se à substituição do estabelecimento de ensino constante do itinerário nº 16, do Anexo A1 – Lote 1, para a EB1 Bairro/Oleiros. Perante o exposto, remete-se à consideração superior despacho de autorização para as alterações ao caderno de encargos do concurso público para a prestação de serviço de transporte de alunos, a ratificar na próxima reunião de Câmara, para ulterior ratificação em Assembleia Municipal. À consideração superior”. O caderno de encargos alterado, bem como a informação dos respetivos serviços que fundamenta a necessidade de realização da despesa, dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – REGIME DE FRUTA ESCOLAR - ANO LETIVO 2012/2013** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, pelo 3º ano letivo consecutivo o Município de Guimarães aderiu ao Regime de Fruta Escolar, programa que abrangeu uma média de 5691 alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho. Considerando que é intenção da Autarquia dar continuidade ao mesmo no ano letivo 2012/2013, e face à Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso) e à informação do Departamento Financeiro de que não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos, cumpre-nos informar que o fornecimento e distribuição de produtos hortofrutícolas aos alunos do 1º ciclo do ensino básico é imprescindível, urgente e inadiável, dado que: 1. compete ao Município apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa no ensino básico, nos termos da alínea e), do ponto 3, do artigo 19º, da Lei nº 159/99, de 14 de setembro de



1999; 2. a adesão do Município ao Regime de Fruta Escolar constitui uma opção estratégica do executivo camarário, numa perspetiva de promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens, de reforço das práticas alimentares saudáveis e de combate à obesidade infantil; 3. a atribuição de comparticipação financeira para o desenvolvimento deste Programa pelo IFAP depende obrigatoriamente da disponibilização de peças de fruta ou de produtos hortícolas duas vezes por semana num período mínimo de 30 semanas, sendo que para o efeito apenas é considerado o período letivo. Assim, e de modo a assegurar a continuidade deste Programa, solicita-se despacho de autorização de compromisso para o fornecimento e distribuição de fruta a 5686 alunos de 66 estabelecimentos de ensino do 1º CEB, durante o ano letivo 2012/2013, conforme caderno de encargos em anexo. Por último, na sequência do preceituado no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, e considerando que a contratação destes serviços ocorrerá pelo período de um ano letivo, com início em setembro de 2012 e fim em junho de 2013, propõe-se submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este procedimento, no valor total de €54 585,60, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a 2012 o valor de €18 195,20 e a 2013 o valor de €36 390,40". O caderno de encargos, bem como a informação dos respetivos serviços que fundamenta a necessidade de realização da despesa, dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA**

**MUNICIPAL.** -----  
**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – CENTRO DE CIÊNCIA VIVA** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Serviços Urbanos: "Por contrato celebrado em 16 de fevereiro de 2012 com a empresa "RONSEGUR – RONDAS E SEGURANÇA, LDA", esta assegura, através de uma prestação de serviços, a segurança e vigilância nas instalações e equipamentos do Município de Guimarães, até 15 de fevereiro de 2015. Entretanto pelos serviços do Departamento de Obras Municipais foi-nos transmitida a necessidade de reforço do horário de segurança do Centro de Ciência Viva, tendo em conta que: a entrega do último equipamento, que se anexa, e o elevado valor desses equipamentos; as instalações desse Centro são facilmente acessíveis do exterior, dada a sua localização numa zona com pouca passagem na via pública; já desapareceram computadores do local; os relatórios de ocorrência dos seguranças que constantemente informam que se encontram portas forçadas e mesmo abertas; a segurança do edifício é efetuada apenas entre as 21h00 e as 07h00, todos os dias do ano. Neste contexto tornou-se manifesta e urgente a alteração do horário da segurança para 24 horas todos os dias do ano, por forma a efetuar uma vigilância constante neste edifício, com uma diferença de valor para o contrato inicial de €2.759,15/mês acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Foi, assim, proposto superiormente que se procedesse a uma modificação do contrato celebrado com a RONSEGUR, conforme previsto nos artigos 311º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, e no ponto 3.3 do caderno de



encargos do procedimento, mediante a alteração do horário da segurança do Centro de Ciência Viva para 24 horas todos os dias do ano, o que veio a ser autorizado por despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de julho de 2012, com efeitos a partir do dia 15 de agosto de 2012 e termo na mesma data do contrato inicial celebrado com a RONSEGUR. Mais se informa que foi contactada a empresa que comunicou nada ter a opor quanto à alteração do contrato. Tratando-se de uma alteração a um contrato cujo órgão com competência para a decisão de contratar no procedimento inicial era a Câmara Municipal, deverá agora o despacho do Presidente da Câmara ser ratificado na próxima reunião do órgão executivo. Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve ainda a despesa que resulta desta alteração ao contrato ser aprovada em sessão da Assembleia Municipal, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, sendo a seguinte a respetiva repartição de encargos: -----

Classificação económica	Repartição de encargos			
	Ano 2012 (15 ago. a 31dez.)	Ano 2013 (jan. a dez.)	Ano 2014 (jan. a dez.)	Ano 2015 (1 jan. a 15 fev.)
A 05. 02. 02 18	12.416,18€	33.109,80€	33.109,80€	4.138,73€
Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (23%)				

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 24 DE MAIO DE 2012 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - ASSESSORIA TÉCNICA PARA A PROGRAMAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS OBRAS INERENTES À CEC 2012 –**

Presente a seguinte informação: “Em 24 de Maio de 2012, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou emitir parecer

favorável, tendo em vista a abertura de um procedimento para prorrogação do contrato de aquisição de serviços, referente a assessoria técnica para a programação e sistematização das obras inerentes à Capital Europeia da Cultura 2012, com a empresa "EJ2M – ENGENHARIA CIVIL,LDA.", por um prazo de 4 meses, ao abrigo da alínea a) do nº1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos. No entanto, verificou-se que a expressão "prorrogação" usada na proposta acima identificada, não se adequa ao procedimento em causa. Assim, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal aprove a retificação da deliberação em causa e que autorize a abertura de um procedimento com vista a celebração de um contrato de aquisição e serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a execução das tarefas referentes à assessoria técnica para a programação e sistematização das obras inerentes à Capital Europeia da Cultura 2012, com a empresa "EJ2M – ENGENHARIA CIVIL,LDA.". b) A despesa estima-se em 9.833,33€ (nove mil oitocentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerando que será aplicada a redução remuneratória prevista art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro; c) A esta despesa corresponde a declaração de cabimento nº 2863/2012; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a) do nº1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, celebrando-se o contrato de aquisição de serviços, pelo prazo de 4 meses, celebrado com a empresa "EJ2M – ENGENHARIA CIVIL,LDA.", com início a 01 de Junho de 2012; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim



em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum; f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no artº 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, de acordo com o preceituado no nº 2 do artº 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, ou seja, será aplicada uma taxa de redução de 10%”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – AFETAÇÃO DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - AV. CONDE MARGARIDE –**

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “Decorrente do processo de licenciamento da unidade hoteleira sita na Av. Conde Margaride, desta cidade e no âmbito da proposta apresentada pela Vereadora Arq.<sup>a</sup> Alexandra Gesta, verifica-se que: Está finalizada a construção do equipamento social denominado “Plataformas das Artes e da Criatividade (PAC); Esse equipamento reclama um amplo espaço que possibilite, com eficácia, a sua ligação à Avenida Conde Margaride, para que o público que o irá usufruir tenha fácil acesso a partir dessa via pública; Está em curso o licenciamento de uma unidade hoteleira, à margem da referida Avenida Conde Margaride e situada a Norte do referido equipamento, no qual se propõe a cedência para o domínio público municipal, de uma parcela de terreno com a área de 342 m<sup>2</sup>, identificada com a cor amarela em planta anexa; A continuação para o interior desse espaço, com a área de 450 m<sup>2</sup>, deverá ter a mesma **qualificação de domínio público municipal**, bem como a saída a nascente; Foi assim proposto que: Como condicionante do licenciamento da unidade hoteleira seja cedido ao domínio público municipal, por parte do promotor da edificação, a área de 342 m<sup>2</sup>, identificada com a cor amarela em planta anexa; A continuação daquele espaço, propriedade

privada do município, seja também **classificada como domínio público municipal**, correspondendo à área de 450 m<sup>2</sup>, devidamente identificada em planta anexa a cor azul. Por outro lado, atendendo que o licenciamento da unidade hoteleira, registado com o n.º 972/10, só poderá registar-se após a **afetação ao domínio público do terreno municipal**, acima proposta, de forma a poder assegurar a acessibilidade mecânica ao edifício, vãos e passagem de infraestruturas técnicas de apoio, nos termos da informação técnica prestada pelo Departamento de Gestão Urbanística, torna-se assim necessária a formalização do procedimento de afetação ao domínio público da parcela de terreno com a área de 450 m<sup>2</sup>, sendo que somente após a afetação daquele terreno é que se torna viável o licenciamento da edificação em causa, e a consequente e imediata formalização da cedência de terreno, por parte do promotor da edificação, para o domínio público. Neste sentido, e com base nos pressupostos acima expostos, caso seja do entendimento do Município formalizar a afetação ao domínio público de uma parcela de terreno com a área de 450 m<sup>2</sup>, propriedade privada da autarquia, sita na Av. Conde Margaride, a desanexar da parcela de terreno com a área atual de 4.145 m<sup>2</sup>, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 294/S. Paio, e inscrita na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 807º, da mesma freguesia, deverá o assunto ser submetido à Câmara Municipal, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal quanto à afetação ao domínio público do terreno acima identificado, nos termos das alíneas a), n.º 6, do artigo 64º e b), n.º 4, do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro





de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---- PATRIMÓNIO – PROVIDÊNCIA CAUTELAR – SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DA NORMA CONTIDA NO ARTIGO 2º, N.º 1, DA PORTARIA N.º 106/2012, DE 18 DE ABRIL** – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: “Em reunião da Câmara Municipal realizada no passado dia 24 de maio foi aprovada uma proposta relativa ao assunto em epígrafe, decidindo-se, em consequência, ratificar o despacho do Sr. Presidente que autorizou a instauração de uma providência cautelar, nos termos e com os fundamentos constantes daquela proposta. Entretanto, em 13 de julho de 2012 foi-nos comunicada a sentença proferida na providência cautelar, que conclui que *“dado não se verificarem os pressupostos de que a lei faz depender a adopção de providências cautelares, indefere-se o presente pedido de suspensão de eficácia de normas”*. Significa isto que a providência cautelar foi indeferida não porque o Sr. Juiz considere que o Município não tem razão no que alega relativamente à suspensão da norma em causa, mas por motivos processuais, isto é, porque entende que não se verificaram os pressupostos para o deferimento de um processo urgente. Em face desta comunicação solicitámos ao Sr. Presidente que indicasse se pretendia recorrer desta decisão. Por despacho daquela mesma data de 13 de julho foi decidido não recorrer, bem como foi igualmente decidido não seguir com a ação principal no âmbito deste processo, designadamente porque a ANMP, que inicialmente tinha incentivado os Municípios a apresentar esta providência cautelar, veio depois informar, presumimos que após leitura da oposição e da resolução fundamentada apresentada pelo Ministério das Finanças, que os Municípios não deveriam continuar com estes

processos. Tendo a Câmara Municipal aprovado a apresentação, em Tribunal, da providência cautelar, deve agora ratificar, igualmente, o despacho do Sr. Presidente de 13 de julho de 2012, que decidiu a não apresentação do recurso e da ação principal subsequente”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** –

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da ratificação do despacho que determinou o não recurso da decisão judicial que indeferiu a providência cautelar interposta contra a decisão do Governo de cobrança do montante de 5% das receitas do IMI para pagamento dos encargos da avaliação dos imóveis abrangidos por esse imposto, pelas razões seguintes: A Câmara Municipal, no seguimento de uma deliberação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, interpôs uma providência cautelar contra a decisão do Governo de cobrança de 5% das receitas do IMI dado que, embora sabendo que a lei do orçamento previa uma cobrança entre 0% a 5% da receita desse imposto para suporte dos encargos com a avaliação dos imóveis, essa cobrança se verificou pelo valor máximo de 5%, atingindo a redução da receita fiscal do Município em cerca de 750 000 euros, montante muito superior ao razoável, ao mesmo tempo que a operação da avaliação está a ser realizada quase exclusivamente por técnicos municipais. Continuamos a considerar claramente pertinentes as razões que determinaram o recurso judicial à decisão do Governo e a pugnar pela reposição da receita retirada. Sucede porém que, tendo a ANMP estabelecido um acordo com o Governo que abrange esta e outras matérias e aconselhado os Municípios a não prosseguirem com estes processos judiciais, aceitamos seguir a orientação



preconizada, sem prejuízo da discussão que em sede do Congresso da ANMP, a realizar no corrente mês de Setembro, deve ser desenvolvida sobre o mesmo tema”. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na reunião do passado dia 24 de Maio foi-nos proposta a ratificação da decisão de apresentação de uma providência cautelar – então já apresentada pelo Município de Guimarães – para suspensão da eficácia da Portaria nº 106/2012 de 18.04, particularmente da norma do artigo 2º nº1, que é essencialmente a que prevê a retenção pelo Estado de 5% das receitas de IMI a arrecadar no Município de Guimarães no corrente ano de 2012. Retenção essa justificada com o custo a suportar pelo Estado com a avaliação dos imóveis já em curso, sendo no caso de Guimarães cerca de 55.000 prédios. A Câmara propôs-nos esta providência cautelar considerando que, por um lado, a reavaliação dos imóveis ainda não estaria a ser realizada, e por outro lado, porque nos ter apresentado umas contas de acordo com as quais, alegadamente, o valor a suportar pelo Estado será muito inferior ao arrecadado. O PSD, oportunamente, votou contra. Fê-lo pelas razões que melhor constam da respetiva declaração de voto junta à ata dessa reunião, tendo-se ainda apelado para as decisões desfavoráveis que vinham sendo conhecidas em processos desta natureza. A Câmara não quis escutar estes argumentos. No seu afã cegamente cumpridor de tudo o que determine a ANMP, a Câmara avançou com a apresentação da providência cautelar. A decisão veio agora considerando não ser a providência cautelar o meio processual próprio para um pedido desta natureza. A decisão é de forma, é verdade, mas é também sinal de que não se fez o trabalho de casa por forma a que o Município exercesse um meio processual que

seja o adequado para as pretensões que visa prosseguir. Avançar de forma apressada e intempestiva – como sucedeu uma vez que na altura o ponto veio não para deliberação mas para ratificação – pode conduzir a indeferimentos assentes em razões de natureza formal, o que, para quem visa prosseguir um determinado intento pela via judicial, é sempre de lamentar. Em todo o caso, sempre deixamos de manifestar a nossa estranheza por este “baixar de braços”. Então se a Câmara, como se pode ver da discussão tida na altura, acreditava profundamente nos méritos desta providência cautelar, e na razão que lhe assistia, então porque é que agora, com uma decisão que é apenas de forma e não de substância (não analisa a substância do pedido, apenas diz que o meio certo para o exercer não é através de uma providência cautelar), a Câmara desiste de demonstrar a razão que na altura dizia que tinha? Não seria aqui o caso para apresentação de recurso, mas antes para intentar a ação principal com base na qual, aí sim – por ser meio processual mais adequado – entendia o Município ver-lhe reconhecida a razão que tanto alegava ter ainda há escassos três meses atrás...Não o faz. E não o fazendo, abdica de discutir judicialmente aquilo com que na altura dizia ter toda a razão. Porventura por se ter apercebido, tardiamente e mediante esclarecimento do PSD, que as exigências resultantes da referida Portaria constavam já sob letra de lei desde 2003 (no CIMI), tendo que ser implementadas no prazo de 10 anos, prazo esse que termina no próximo ano. Talvez por se ter apercebido que quer a retenção quer mesmo a taxa definidas nesta Portaria nº106/2012, já vinham definidas no Decreto de aprovação do CIMI. Enfim, talvez por se ter apercebido que tomou uma posição cegamente seguidista e porventura pouco amadurecida, e por isso agora, abdica de a prosseguir. Os vereadores do PSD votam



naturalmente a favor desta proposta, em coerência com o nosso voto contra da proposta, em sentido inverso desta (e de que agora se abdica), apresentada em 24.05.2012". -----

**DOAÇÕES – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR USADO - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES** – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Nos termos do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, submete-se para ratificação da Câmara o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 6 de agosto de 2012, que autorizou a doação do mobiliário escolar usado, identificado no quadro infra, à Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, para apetrechamento de uma sala de atividades da valência de deficiência mental, inaugurado no dia 7 de agosto de 2012. -----

Designação	Valor unitário	Valor total
5 mesas duplas em fórmica	€15,00	€75,00
12 cadeiras de aluno em fórmica	€4,00	€48,00
<b>TOTAL</b>		<b>€ 123,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – POUSADA DA OLIVEIRA – RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO E ABERTURA DE CONCURSO PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO ESTABELECIMENTO** - Presente a seguinte proposta do Vereador

Amadeu Portilha: "Encontrando-se concluído o processo respeitante à Pousada da Oliveira, tendo em vista uma decisão sobre a manutenção de exploração deste estabelecimento como Pousada, importa, antes de mais, fazer um historial de todo o processo: 1. Em sua reunião de 11 de Maio de 1979, a Câmara Municipal deliberou adjudicar a concessão de exploração da então denominada Albergaria da Oliveira, hoje conhecida por Pousada de

Nossa Senhora da Oliveira, à ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, EP, pelo período de 10 anos, prorrogável até ao máximo de 5 anos, e demais condições, conforme consta da referida deliberação que se anexa à presente informação, tendo a respetiva escritura sido celebrada no dia 9 de Julho de 1979. Posteriormente, e através de Protocolo celebrado em 1999, a ENATUR manteve a exploração da Pousada. 2. Assim, ao abrigo do contrato de cessão de exploração e, depois, do Protocolo celebrado com o Município de Guimarães, a ENATUR procedeu à exploração e gestão da Pousada, ininterruptamente desde 9 de Julho de 1979 até 31 de Agosto de 2003; 3. A exploração do Estabelecimento passou, em 1 de Setembro de 2003, a ser assegurado pela Sociedade **Grupo Pestana Pousadas – Investimentos Turísticos, SA**, adiante designada apenas por **GPP, SA**, em razão de Contrato de Cessão da Exploração de toda a rede de Pousadas de Portugal que a mesma celebrou com a ENATUR e a República Portuguesa (Direcção-Geral do Património). 4. Ao tempo, todas as partes envolvidas concordaram que, para assegurar a continuidade da sua exploração normal, o Estabelecimento devia ser objecto de obras de grande expressão, tanto em termos de conservação e renovação das instalações e equipamentos, como em matéria de decoração. 5. Assim, e porque o Município sustentava o interesse em manter aquele estabelecimento a funcionar como Pousada, foi aprovado, em reuniões de Câmara de 16 e 30 de Junho de 2005, a celebração de um contrato de cessão de exploração com a ENATUR e a GPP, SA, considerando que estas duas entidades detinham a exclusividade da marca “Pousadas de Portugal”, conforme resulta dos contratos acima referidos. 6. Nesta sequência, o Município, a ENATUR e a GPP, SA celebraram, em 4 de Julho de 2005, um contrato de



cessão de exploração da Albergaria, como Pousada. Entre outras, tal contrato previa intervenções, em obra, a levar a efeito pela GPP, SA no edifício, tendo em vista a sua ampliação, remodelação e beneficiação. 7. Posteriormente, foi realizado um conjunto de obras necessárias e úteis ao funcionamento, apesar das diversas dificuldades no processo de licenciamento das obras a realizar (sobretudo por parte das autoridades de segurança), em razão das quais a GPP, SA chegou a oficialar a Câmara Municipal de Guimarães informando não ter condições para prosseguir com a exploração da Pousada, propondo devolver o estabelecimento ao Município, assim fazendo cessar o referido contrato de cessão de exploração, sem lugar a indemnização. 8. Em face desta disposição, foram, na oportunidade, realizados diversos contactos com representantes da ENATUR e da GPP, SA, na procura de uma solução adequada, tendo estas entidades, ao abrigo do Contrato de Cessão de Exploração celebrado, manifestado a disponibilidade para continuar a assegurar a exploração do Estabelecimento hoteleiro na rede de Pousadas de Portugal, mantendo-o, assim, aberto ao público, até indicação em contrário por parte da Câmara Municipal. 9. De facto, sem intervenções no edifício que assegurem a garantia das condições tidas como imprescindíveis para assegurar a manutenção daquele edifício com o estatuto de Pousada, ou mesmo de alterações de carácter estrutural e funcional que tornem a operação mais rentável e atrativa, o que, atendendo à legislação em vigor, ao perfil tradicional dos clientes da rede de Pousadas de Portugal e às limitações impostas pelo carácter do edifício, não se afigura viável. Deste modo, reconhecendo a inexistência de condições objetivas para que o atual concessionário possa dar sequência à operação em moldes consentâneos com o seu posicionamento de mercado, entendemos ser chegado o momento

de equacionar a alteração do perfil da tipologia do estabelecimento de forma a, tão rapidamente quanto possível, recolocar a integralidade do edifício (alojamento e restaurante) à disposição do público, ainda que tal implique um reposicionamento da oferta face ao mercado. Resta, assim, formalizar a cessação do contrato de cessão de exploração em vigor, para de imediato dar início ao procedimento concursal para concessão da exploração do edifício em moldes que assegurem a sua continuidade como estabelecimento hoteleiro. Deste modo, tendo em consideração a autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal em sua sessão de 25 de novembro de 2011, proponho: 1) - A rescisão amigável do contrato de concessão de exploração, cuja minuta se anexa (**Doc. 1**), estabelecendo-se a desocupação total e entrega do estabelecimento até 31 de Outubro de 2012. 2) - A aprovação do programa de concurso anexo (**Doc. 2**), tendo em vista a adjudicação por 15 anos, da exploração do estabelecimento hoteleiro designado por Albergaria da Oliveira. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta relativa à rescisão do contrato de concessão de exploração da Pousada da Oliveira e abertura de concurso para nova concessão, pelas razões constantes da proposta aprovada e pelos motivos que aditamos: A Pousada da Oliveira é um estabelecimento fundamental na oferta hoteleira da cidade na integralidade das funções que deve proporcionar (alojamento e restaurante), as quais devem estar desejavelmente à disposição do público o mais





urgentemente possível. Dada a residual oferta de alojamento que tem vindo a proporcionar e o encerramento do restaurante há já longos meses, era imperioso formalizar a cessação do contrato e dar início o mais rapidamente possível ao procedimento concursal para a sua abertura ao público em todas as suas valências. Com este pressuposto, foram acauteladas no programa do concurso as garantias necessárias às obrigações contratuais a assumir pelo novo concessionário, o que exigiu, relativamente à proposta agendada para a reunião de 19 de Julho passado e então retirada, o aditamento, entre outros, do ponto 12 do caderno de encargos aprovado, especificando condições objetivas da rescisão de contrato no caso do não funcionamento do estabelecimento no todo e em parte, mesmo por períodos parciais no mesmo ano civil". -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "A Pousada da Oliveira detém um dos melhores e mais privilegiados posicionamentos de todo o Centro Histórico de Guimarães para edifício destinado a hotelaria. A sua situação em plena Praça da Oliveira, centro nevrálgico do Centro Histórico classificado, voltada precisamente para a Igreja da Oliveira e Padrão do Salado, na confluência entre a Praça da Oliveira, Praça de Santiago e Rua de Santa Maria, exige uma utilização para fins turísticos de um nível a que, reconhecidamente, o atual equipamento, nas condições que apresenta, não tem sabido corresponder. No entanto, esta situação não é uma situação recente. Sendo a Pousada da Oliveira explorada pelo Grupo Pestana há praticamente 9 anos (sendo já Pousada há muitos mais), já de há muitos anos a esta parte que vem sendo notória esta situação de desajuste e urgente uma definição. Os vereadores do PSD são por isso absolutamente

favoráveis à rescisão de contrato de exploração com o Grupo Pestana, e à abertura, e condições de abertura (na medida em que no ponto 1.1.1 do caderno de encargos se exige um padrão de qualidade correspondente a “*uma classificação mínima de hotel de 4 estrelas*”), do concurso para concessão de exploração de estabelecimento. No entanto, não podem deixar de manifestar a sua estranheza por se decidir tomar esta atitude, e deixar a Pousada da Oliveira sem poder estar disponível para receber hóspedes e turistas, em pleno ano de Capital da Cultura! É no mínimo estranho que, com tantos anos que tem a situação que agora conduzirá à rescisão do contrato com o Grupo Pestana, e podendo ainda assim a mesma ser suportável até final do corrente ano de 2012, seja escolhido o *timing* para a rescisão e consequente abandono, precisamente para o último trimestre do ano em que Guimarães é Capital Europeia da Cultura. Com tanto tempo para se ter feito antes, e com a possibilidade para poder ser feito escassos três meses depois, percebe-se dificilmente – e discorda-se objetivamente – da data escolhida. Em reunião de Câmara fomos informados pelo vereador Amadeu Portilha que a data escolhida se prendia com a última para a qual existiam reservas previamente realizadas. No entanto, cremos que uma atempada e adequada planificação temporal, certamente teriam conduzido à escolha de diferentes condições de tempestividade, fossem elas prévias ou posteriores. O que não pode deixar de ser registado”. -----

**EDUCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 - SUSPENSÃO, A PARTIR DE SETEMBRO, INCLUSIVE, DE VERBAS ÀS ENTIDADES CONSTANTES DO MAPA EM ANEXO** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento



superior, em reunião de Câmara de 22 de dezembro de 2011 foi deliberado, para o ano civil de 2012, a atribuição de verbas a várias Entidades que estão a assumir os encargos com vigilantes para acompanhamento no transporte escolar dos alunos do 1º ciclo do ensino básico que, em resultado do reordenamento da rede escolar, foram integrados noutros estabelecimentos de ensino. Considerando que, a partir de setembro, conforme previsto na alínea c, Cláusula 4ª do Caderno de encargos do procedimento concursal para a prestação de serviço de transporte de alunos, a colocação de vigilantes será assegurada pela empresa adjudicante, torna-se necessário proceder à suspensão das verbas a atribuir às Entidades. Face ao exposto, propõe-se que, a partir de setembro, inclusive, se proceda à suspensão de verbas às Entidades constantes do mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA DELIBERAÇÃO DE 12/02/02 - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO CIVIL 2012** – Presente a

seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento superior, com as obras de ampliação da EB1/JI Couto/Barco e de reconversão da EB1/JI Mosteiro/S. Torcato em Centro Escolar, houve a necessidade de implantar um serviço de refeições transportadas nas instalações onde estes estabelecimentos de educação e ensino iriam funcionar provisoriamente, de modo a garantir a continuidade deste apoio aos alunos, tendo-se procedido, à data, à alteração do valor da

verba atribuída para a gestão destes refeitórios escolares, por forma a fazer face às despesas com a higienização das loiças e salas de refeições. Considerando que se encontram concluídas as obras e que os estabelecimentos de educação e ensino de Couto/Barco e Mosteiro/S. Torcato passarão a funcionar, a partir de setembro próximo, nos respetivos edifícios escolares, havendo, por isso, condições para retomar o serviço de refeições com confeção no local, torna-se necessário proceder à alteração do valor da verba atribuída a cada uma das entidades que tem sob a sua responsabilidade a gestão destes refeitórios escolares, respetivamente a Freguesia de Barco e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 Mosteiro/S. Torcato. Por outro lado, verifica-se igualmente a necessidade de: suspender a atribuição da verba de gestão do refeitório da EB1 Bairro/Oleiros, sediado na Junta de Freguesia de Oleiros, por motivo de encerramento do estabelecimento de ensino; proceder à alteração da entidade à qual é atribuída a verba para acompanhamento no transporte e vigilância no período de almoço dos alunos da EB1 Barreiro/Leitões, dado que passarão a usufruir daquele serviço no refeitório escolar da EB1/JI Poças/Airão Sta. Maria; proceder à alteração da entidade à qual é atribuída a verba para a gestão do refeitório do Centro Escolar de Ponte. Por último, e considerando que a intervenção no edifício escolar de Pinheiral/Caldelas não está concluída, pelo que os alunos irão permanecer nas instalações da Escola Secundária das Taipas, com todos os constrangimentos daí resultantes, designadamente a não afetação dos trabalhadores da cantina à empresa de restauração concessionária do refeitório daquela EB1, propõe-se a atualização da verba de gestão de €900 para €1 200. Assim, e face ao exposto, propõe-se a retificação da deliberação de Câmara de 11/12/22, com as alterações



introduzidas pela deliberação de 12/02/02, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente

a seguinte informação da Divisão de Ação Social: "Por deliberação de 22 de dezembro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ALTERAÇÃO DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO AO CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL DE TABUADELO** – Presente a seguinte

informação da Chefe da Divisão de Ação Social: "Em reunião de Câmara de 12 de abril de 2012 foi deliberado aprovar o apoio a 28 instituições de solidariedade social, entre as quais o Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social de Tabuadelo, este último com um subsídio de €1.000.00 (mil euros) para a aquisição de uma carrinha de nove lugares destinada ao transporte de idosos do Centro de Dia. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 21 de Junho de 2012 um Protocolo com este Centro Comunitário, nos termos e em conformidade com

o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no passado dia 12 de julho o Presidente desta instituição, Armando Ferreira Alves, solicitou à Câmara Municipal a alteração do objeto do subsídio de modo a ser aplicado na recuperação das paredes degradadas da cozinha e das salas da creche, alegando não se justificar a aquisição da carrinha porque “até à data o Centro de Dia ainda não abriu devido à falta de acordo de cooperação com a Segurança Social”. Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº 2186/2012 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 12 de abril e na qual esta instituição se inclui, propõe-se a aprovação do pedido de alteração do subsídio, anexando um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: - A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: O presente Protocolo tem por objeto o incentivo e a cooperação financeira entre os representados de ambos os outorgantes para executar obras de reparação das paredes degradadas da cozinha e das salas da creche. - A alteração da Cláusula 3ª – Comparticipação, nos seguintes termos: 1. O MUNICÍPIO compromete-se a prestar apoio à ENTIDADE, através da atribuição de €1.000,00 (mil euros), para a prossecução do objeto definido na Cláusula 1ª; 2. A verba referida na cláusula 1ª será paga através de autos de medição e após informação prestada pelos Serviços do Departamento de Obras Municipais, e conforme disponibilidade financeira do Município”. O aditamento ao Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CLDS) –** Presente a seguinte informação da Chefe da



Divisão Social: "O Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Guimarães foi legitimado por protocolo de compromisso celebrado em 10 de Maio de 2011, entre o Instituto de Segurança Social, IP – Centro Distrital de Braga, a Câmara Municipal de Guimarães e a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social e ratificado em reunião de Câmara de 19 de Maio de 2011, sendo na altura o valor de financiamento €524.070,76 (quinhentos e vinte e quatro mil e setenta euros e setenta e seis cêntimos), valor este que incluía encargos para adaptação de espaços, aquisição de equipamentos e despesas de conservação, num total de €75.000,00 (setenta e cinco mil euros). Desde então, o CLDS de Guimarães, designado "Arca Social", coordenado pela FRATERNA – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL em parceria com ADCL e a Sol do Ave, encetou a promoção de um programa de desenvolvimento social integrado para o período compreendido entre 2011 e 2014 (36 meses) que foi apresentado, apreciado e votado em reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de 24 de maio de 2011, tendo sido aprovado por unanimidade, e ratificado o seu Plano de Ação em reunião de Câmara de 2 de junho de 2011. Considerando, contudo, os cortes orçamentais de que foi alvo, passando o valor de €524.070,76 inicialmente previsto para um valor inferior de €420.532,40 (quatrocentos e vinte mil quinhentos e trinta e dois euros e quarenta cêntimos), solicita-se a ratificação do CLDS vigente e respetivo Plano de Ação. O Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DA MARCHA GUALTERIANA - CEDÊNCIA DE VIATURAS** – Presente a

seguinte proposta: "A Associação Artística da Marcha Gualteriana solicitou a cedência de duas viaturas para o cortejo da Marcha que terá lugar no próximo dia 6 de Agosto. Considerando o interesse público do cortejo, e dado não haver inconveniente para os serviços na cedência das referidas viaturas, de acordo com informação do Departamento de Obras Municipais, por despacho de 29.6.12, deferi o pedido apresentado, o qual coloco à ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**